

PARECER Nº 247, DE 2019-PLEN/SF

(Em substituição à CDIR)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, eu fui designada aqui pelo Senador Anastasia para ler e eu vou direto à análise, para ser mais breve, para ser mais rápida, a respeito desse... (Pausa.)

Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Projetos de Resolução nºs 23, 34, de 2018.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2018, do Senador Antonio Anastasia, que institui o Grupo Parlamentar Brasil – Países Baixos e dá outras providências, e das outras proposições que tramitam em conjunto.

Eu vou para a análise.

No que concerne à constitucionalidade da proposição, aduzimos que a instituição de frentes e grupos parlamentares que visam à potencialização da cooperação institucional internacional constitui-se em clara manifestação do exercício de liberdade de opinião, de associação e de manifestação do pensamento que todo Parlamentar possui em um regime democrático, direitos individuais e fundamentais albergados nos incisos IV, IX e XVIII do art. 5º, c/c o *caput* do art. 53, todos da Constituição Federal.

Não nos esqueçamos, ainda, de que a cooperação entre os povos – no caso, com a mediação dos respectivos Parlamentos – é princípio que orienta a atuação da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, consoante o que estabelece o art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal.

É preciso registrar, também, que a instituição desses grupos parlamentares internacionais observa o princípio da eficiência previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, que deve balizar a atuação de todos os Poderes de todos os entes da Federação, incluindo o Poder Legislativo federal.

No que diz respeito à juridicidade e à regimentalidade da matéria, registramos que as frentes parlamentares e os grupos parlamentares são instrumentos adotados pelas Casas Legislativas do Congresso Nacional para conferir maior destaque a determinados temas, prioritários na agenda nacional, assim como para potencializar os mecanismos de cooperação com Parlamentos de outros países.

A Câmara dos Deputados trata da matéria por intermédio do Ato da Mesa nº 69, de 2005. No âmbito do Senado Federal, a matéria foi disciplinada pela Resolução 14, de 2015, mais precisamente por seu art. 6º, que estabeleceu as balizas a serem seguidas quando o objetivo for a instituição de grupos parlamentares internacionais.

A íntegra desse dispositivo já se encontra na matéria, Sr. Presidente.

Assim, a regimentalidade e a juridicidade do PRS nº 23, de 2018, e de todas as proposições que tramitam em conjunto estão observadas. Não há óbices quanto à técnica legislativa, visto que as proposições analisadas observam as regras estatuídas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em um mundo globalizado, em que os países maximizam suas vantagens comparativas e suprem suas carências mediante a ação coletiva e coordenada, a instituição de grupos parlamentares ou frentes parlamentares de cooperação há de ser saudada. O mérito das proposições é inegável.

O voto.

Eu gostaria só de ressaltar aqui, Sr. Presidente.

Em face da aprovação e da análise, em 22/10/2019, do Requerimento nº 962, de 2019, de autoria do Senador Anastasia, tramitam em conjunto com o PRS nº 23, de 2018, as seguintes proposições – acho que é importante a gente ressaltar junto a esta leitura: o PRS 51, de 2019, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Panamá; o PRS 34, de 2018, do Senador Eduardo Lopes, que institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Democrática do Congo; o PRS 39, de 2019, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Mercosul-Aliança do Pacífico; o PRS 44, de 2019, de autoria do Senador Roberto Rocha e outro, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Israel; o PRS 55, de 2019, de autoria do Senador Anastasia, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul; o PRS 64, de 2019, de autoria do Senador Jean Paul Prates, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes; o PRS 4, de 2019, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido; o PRS 17, de 2019, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-França; e o PRS 6, de 2019, de autoria do Senador Roberto Rocha, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos.

Voto.

Em face de todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 23, de 2018...

(Soa a campainha.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... e de todas as proposições que tramitam em conjunto.